

## **A peste bubônica em Portugal e Brasil:** uma análise comparada (1899-1906)<sup>1</sup>

*Dilene Raimundo do Nascimento*<sup>2</sup>  
*Matheus Alves Duarte da Silva*<sup>3</sup>

**Resumo:** O objetivo desse artigo é comparar alguns aspectos das epidemias de peste bubônica no Porto, em 1899, e no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, de 1900 a 1906. Em primeiro lugar, compararemos como se realizou o diagnóstico oficial da doença em cada país. Em segundo, as medidas governamentais para combater as epidemias no Porto e no Rio de Janeiro. Em terceiro, a reação da população carioca e portuense diante das medidas governamentais.

**Palavras-chave:** História das doenças, Peste bubônica, Epidemias, Portugal, Brasil

**Abstract:** The purpose of this paper is to compare some aspects of epidemics of bubonic plague epidemics in Oporto, in 1899, and in Brazil, more specifically in Rio de Janeiro, 1900-1906. First, we will compare as was held the official diagnosis of disease in each country. Second, the government measures to combat epidemics in Porto and in Rio de Janeiro. Third, we will examine the reaction of the people of Rio and Porto on government measures.

**Keywords:** History of disease, Bubonic plague, Epidemics, Portugal, Brazil

### **Bubonic plague in Portugal and Brazil:** a comparative analysis (1899-1906)

---

<sup>1</sup> Este artigo é baseado em trabalho apresentado no 6º Colóquio do Polo de Pesquisa sobre Relações Luso-Brasileiras (PPRLB), do Real Gabinete Português de Leitura, realizado de 9-13 de abril de 2012.

<sup>2</sup> Doutora em História, pesquisadora e docente do Programa de História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. E-mail: [dilenerai@hotmail.com](mailto:dilenerai@hotmail.com)

<sup>3</sup> Historiador, mestrando em História Social na USP. E-mail: [matheus.duarte9@gmail.com](mailto:matheus.duarte9@gmail.com)

## **Introdução**

Até 1899, a visão que a população brasileira, em especial a da Capital da República, tinha a respeito da peste bubônica, era aquela visão presente no imaginário ocidental, relacionada, diretamente, às terríveis cenas presentes nas crônicas medievais e modernas (DELUMEAU, 1978). Porém, em agosto daquele ano, a doença se fez ameaçadoramente próxima. A cidade do Porto, em Portugal, estava infectada pela peste e entre esta e o Brasil, especialmente o porto do Rio de Janeiro, havia um intenso fluxo de imigrantes e de mercadorias (FERRAN et alli, 1907, p. 80).

Diante dessa notícia, o governo brasileiro tomou medidas para impedir que o mal chegasse ao país, medidas essas que foram extremamente danosas para as relações luso-brasileiras<sup>4</sup>. Entretanto, elas não foram suficientes para evitar a chegada da doença ao Brasil. Em outubro do mesmo ano, pela primeira vez, se notificou um caso de peste, em Santos, no litoral paulista, que logo se multiplicou constituindo uma epidemia que se espalhou para outras cidades do Estado de São Paulo (CUKIERMAN, 1998 e NASCIMENTO, 2011).

Em 7 de janeiro do ano seguinte, a peste chegou à Capital Federal. Para as autoridades governamentais, não havia motivos para alarme, uma vez que a doença estava circunscrita àquele paciente, não havendo riscos de epidemia no Rio de Janeiro<sup>5</sup>. Em abril do mesmo ano, novos casos se verificaram na cidade e a existência de uma epidemia de peste bubônica foi confirmada. Dessa data em diante, a doença se tornou uma das principais moléstias epidêmicas no Rio de Janeiro, só sendo controlada por Oswaldo Cruz em 1906, após deixar um saldo de cerca de 2500 óbitos (BENCHIMOL, 1990; CRUZ, 1906).

A epidemia na cidade do Porto durou menos tempo que a do Rio de Janeiro. Declarada em agosto de 1899, foi considerada extinta em janeiro de 1900, deixando como saldo 115 óbitos de 323 infectados. Apesar de mais curta e com menos óbitos que a do Rio de Janeiro, as duas epidemias guardam diversas semelhanças, o que torna uma comparação entre elas possível.

O objetivo desse artigo é comparar alguns aspectos das epidemias de peste bubônica no Porto, em 1899, e no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, de 1900 a 1906. Em primeiro lugar, compararemos como se realizou o diagnóstico oficial da doença em cada país. Em

---

<sup>4</sup> Jornal do Commercio, 16 de agosto de 1899, Gazetilha, primeira página.

<sup>5</sup> Relatório do Ministro da Justiça e Negócios Interiores do Brasil, de março de 1900, p 363 e 364.

segundo, as medidas governamentais para combater as epidemias no Porto e no Rio de Janeiro. Em terceiro, a reação da população carioca e portuense diante das medidas governamentais.

### **Os cientistas “estrangeiros” identificam a peste**

A existência dos primeiros casos de peste bubônica no Porto foi identificada, primeiramente, em 4 de junho 1899, mas só reconhecida oficialmente em 14 de agosto (JORGE, 1899). Em Santos, a doença foi diagnosticada em 18 de outubro de 1899, mas o Governo brasileiro reconheceu a existência da peste dez dias depois (CUKIERMAN, 1998). A que se deve a distância entre as primeiras descobertas e o reconhecimento oficial?

A resposta para essa questão pode ser conseguida a partir dos personagens que diagnosticaram a peste de maneira não oficial e aqueles que o fizeram oficialmente. Na cidade do Porto, os primeiros casos foram analisados pelo médico da Higiene Municipal, Ricardo Jorge. Em julho de 1899, segundo ele, os primeiros casos foram notificados e em relatório enviado em 27 de julho, as autoridades municipais e nacionais foram informadas da existência da peste bubônica na cidade. Em 8 de agosto, Ricardo Jorge produziu a prova laboratorial de que era a peste bubônica a moléstia reinante na cidade (JORGE, 1899, p. 3).

Nesse mesmo período, uma comissão sanitária internacional, liderada pelo bacteriologista francês Leon Albert Calmette, representante do Instituto Pasteur de Paris, realizava experiências na cidade, com fins de confirmar ou rejeitar o diagnóstico de Ricardo Jorge. Em meados do mês de agosto, a existência da doença na cidade foi confirmada oficialmente pelo governo português, após os exames laboratoriais conduzidos por Calmette apontarem a existência do bacilo da peste bubônica em ratos e humanos (FERRAN et ali, 1907, p 152).

Em Santos, a história foi semelhante. Os primeiros casos suspeitos foram percebidos em 17 de outubro e no dia seguinte a doença foi confirmada, a partir de seus aspectos clínicos, pelas autoridades paulistas, comandadas por Emilio Ribas. No entanto, o Governo Federal preferiu enviar um bacteriologista com estágio no Instituto Pasteur de Paris, Oswaldo Cruz, para confirmar, ou não, o diagnóstico. Em 28 de outubro, em carta endereçada às autoridades federais, ele afirmava que:

fechei o ciclo pasteuriano para a diagnose da espécie microbiana patogênica. Os critérios clínico, epidemiológico e bacteriológico permitem afirmar

categoricamente ser a peste bubônica a moléstia reinante. (CRUZ, apud Cukierman, 1998, p 54).

A partir desses dois relatos, é possível extrair algumas conclusões. Em ambos, os médicos locais foram contestados e seus diagnósticos confirmados por cientistas “estrangeiros”. E, tanto em Porto quanto em Santos, a legitimidade desses “estrangeiros” advinha do mesmo lugar, o Instituto Pasteur de Paris. Como aponta Latour (1988), a partir de 1870, o pasteurianismo vinha se afirmando como força dominante no campo da higiene europeia e mundial. Esse poder residia, em parte, na sua capacidade de identificar, nos laboratórios, o agente causador da doença. Assim, para que houvesse a peste era necessário identificar antes o bacilo nos casos suspeitos e depois ligá-los a doença.

Tanto Ricardo Jorge quanto Emilio Ribas realizaram diagnósticos clínicos. A comprovação laboratorial ficou por conta dos pasteurianos, Calmette e Oswaldo Cruz, respectivamente. Essa necessidade de ligar a epidemia a um agente revelado pelo laboratório, para só então iniciar uma campanha sanitária, fica evidente no relatório de Epiácio Pessoa, Ministro da Justiça do Brasil:

(...) não quis o governo demitir de si a reponsabilidade de sua decisão e para ampará-la resolveu enviar um bacteriologista, habituado a lidar com o bacillo da peste, àquela cidade [Santos], para o fim de corroborar, (..) a afirmação das autoridades locais, ou rebete-la (PESSOA, 1900, p354).

A partir da comprovação bacteriológica, isto é, a identificação do bacilo da peste, tanto o governo português quanto o governo brasileiro decidiram, então, tomar medidas para evitar o espraio da peste bubônica por seus países. Entretanto, a questão fundamental era como realizar esse objetivo.

### **Cordão sanitário ou quarentena?**

Após a confirmação do diagnóstico pela comissão sanitária internacional, o governo português tomou, em 27 de agosto de 1899, a seguinte medida: estabeleceu um cordão sanitário ao redor da cidade do Porto. Ninguém poderia entrar ou sair da cidade, sob o perigo de ser alvejado pelos soldados que a sitiavam. A medida foi considerada drástica. Segundo o depoimento dos médicos espanhóis enviados à cidade portuguesa,

A cidade e sua população ficaram real e positivamente encerradas dentro de um círculo de baionetas, impossível de flanquear pois foram tão rigorosas as ordens recebidas pelos soldados do cordão, que chegaram a fazer fogo sobre alguns indivíduos que tentaram passá-lo (...) Os médicos portugueses em uníssono com os estrangeiros que haviam ido a Porto para estudar a epidemia, manifestaram sua opinião contrária ao cordão militar (FERRAN *el alli*, 1907, p 132-133).

O cordão, ainda que tenha evitado que a doença se espalhasse por outras localidades do território português, não impediu que ela chegasse a outros lugares do mundo como em Assunção, no Paraguai, e na cidade de Santos. Porém, antes mesmo da peste chegar ao Brasil, o governo federal estudava meios para evitar a invasão do território. As primeiras medidas, publicadas em agosto de 1899, diziam respeito aos navios saídos do Porto.

Conforme dito anteriormente, o Brasil mantinha estreitas relações comerciais com a cidade portuguesa. Aos diversos portos brasileiros, especialmente o de Santos e o do Rio de Janeiro, chegavam, por mês, diversos navios que haviam feito escala no Porto. Além disso, sabia-se, naquele momento, que a peste era transmitida, principalmente, pela pulga do rato. Desse modo, as medidas buscaram evitar que pessoas, ratos e pulgas infectadas chegassem ao Brasil pelos navios vindos da cidade portuguesa. Em 14 de agosto de 1899, foi decretado que

O porto de Leixões foi declarado infecto e todos os portos portugueses, continentais e insulares, foram averbados de suspeitos. (...) todos os navios partidos de portos portugueses ficaram sujeitos à quarentena de 20 dias, como ficaram sujeitos a desinfecções rigorosas. (...), como aditou ao interdito dos gêneros portugueses, como roupas e mobílias (PESSOA, 1900, p 349).

Se em Portugal o cordão sanitário gerava críticas por ser considerado drástico, no Brasil as principais contendas giravam em torno do tempo de quarentena. Isto pode ser vislumbrado em um debate veiculado, basicamente, no *Jornal do Commercio*, entre duas autoridades sanitárias, o Diretor Geral de Saúde Pública, Nuno de Andrade e Jorge Pinto, Diretor de Higiene e Assistência Médica do Estado do Rio de Janeiro.

Entre agosto e setembro de 1899, eles trocaram acusações e promoveram debates científicos justificando, ou contestando, o tempo de quarentena. Para Jorge Pinto, a medida adotada pelo Governo Federal era draconiana, posto que o tempo de incubação da peste bubônica era de, no máximo, oito dias, portanto, a quarentena não deveria exceder 10 dias. Assim, as relações comerciais entre Portugal e Brasil não seriam prejudicadas, uma vez que, o tempo de

travessia no Atlântico excedia esse período e os navios não ficariam parados nos portos brasileiros. Para Nuno de Andrade, ainda que drástica, a medida era necessária, porque o tempo de incubação da doença ainda não tinha sido identificado conclusivamente. Essa queda de braço foi vencida pelo Diretor Geral, e, apesar de criticada, a medida continuou valendo.<sup>6</sup>

Quando a peste chegou à cidade de Santos, as medidas de profilaxia marítima foram atenuadas. Os navios que traziam cargas alimentícias puderam entrar e sair livremente da cidade. E os navios de passageiros vindos da cidade paulista ficaram submetidos à quarentena, que foi reduzida de 20 para 10 dias. Quanto à profilaxia terrestre, o governo optou pelo que foi chamado do mais “útil dos cordões sanitários”, que consistia, segundo Eptácio Pessoa, naquele

(...) mantido pela polícia dos trens de ferro e dos vehiculos, pela fiscalização das estradas, pelos registros dos recémchegados, pela observação medica dos fugitivos e transeuntes, sem suspensões radicaes da liberdade de vida, as quaes provocam a indocilidade dos recalcitrantes e a má vontade dos incrédulos (1900, p 357).

Provavelmente, a relutância em estabelecer um cordão sanitário em Santos, nos moldes portugueses, se deveu a profunda crítica, tanto dos médicos quanto da imprensa portuense a esta medida, tomadas meses antes em Porto, e que foram publicadas diariamente nos periódicos cariocas, em especial, no Jornal do Commercio. No entanto, se a política sanitária para evitar o espraio da peste foi distinta nos dois países, o mesmo não ocorreu no combate às epidemias *in locu*.

### **À caça aos ratos!**

Na análise das medidas de combate às epidemias, preferiu-se adotar o Rio de Janeiro como exemplo para evidenciar a estratégia do governo brasileiro. Isso se deve ao fato de que a peste durou mais tempo ali do que em Santos. Nos primeiros anos de epidemia, isto é, entre 1900 e 1903, foi adotado no Rio de Janeiro o receituário clássico para debelar doenças epidêmicas, como a febre amarela. Os doentes, ou suspeitos de estarem doentes, foram isolados, suas casas e pertences foram desinfetados e o governo fez campanha para que os habitantes da cidade melhorassem as condições higiênicas de suas residências (NASCIMENTO e SILVA, 2011).

---

<sup>6</sup> Essa disputa entre Nuno de Andrade e Jorge Pinto pode ser vista em diversas edições do jornal do Commercio, entre elas as do dia 24 e 28 de agosto de 1899 e 2, 5, 11 e 13 de setembro do mesmo ano.

As medidas não conseguiram acabar com a peste bubônica. A partir de setembro de 1903, uma nova estratégia foi adotada. Além dos isolamentos e desinfecções, o Governo Federal centrou sua atenção sobre os transmissores da peste, isto é, o rato e suas pulgas. Para dar caça a esses animais, foi instituído um novo cargo na Diretoria Geral de Saúde Pública, o ratoeiro. Sua função era sair pela cidade anunciando a compra de ratos mortos, pelos quais eles pagavam uma pequena quantia a quem tivesse abatido o roedor. Ao final do dia, o ratoeiro deveria apresentar à Diretoria Geral de Saúde Pública uma média de 5 ratos mortos, totalizando cento e cinquenta por mês, recebendo 60 mil réis de salário. Caso conseguisse ultrapassar a meta, ele receberia mais 300 réis por animal capturado. (NASCIMENTO e SILVA, 2011, p 35)

Os efeitos mais conhecidos dessa campanha se tornaram folclóricos. Surgiu no Rio de Janeiro um verdadeiro mercado negro de ratos. Pessoas criavam os animais em currais, importavam-nos de outras cidades e até mesmo, vendiam ratos de papelão e de cera para o Governo. O lado menos conhecido dessa campanha é o seu sucesso. Isto porque, embora tenha sido reformulada, o extermínio de ratos prosseguiu, produzindo uma diminuição dos casos de peste na cidade. (NASCIMENTO e SILVA, 2011)

Ainda que inusitada, essa política sanitária não foi uma exclusividade do Brasil. Segundo Oswaldo Cruz, Diretor Geral de Saúde Pública, a partir de 1903, a ideia para a caça aos ratos veio de uma outra experiência bem-sucedida

Administrativamente, o melhor processo para levar a efeito essa matança systemática é o adoptado pelos americanos nas Philipinas, o qual foi posto em prática entre nós com excellentes resultados. Consiste em estabelecer um corpo de caçadores de ratos com mui exíguos vencimentos e a obrigação de trazer à estação de desinfecção um certo numero de animaes (CRUZ, 1906, p 502-503).

O interessante no relato de Oswaldo Cruz é que ele não cita a experiência portuguesa de combate à peste. Na cidade do Porto, além das desinfecções, incinerações de objetos e pertences e isolamentos dos doentes, o governo aplicou uma nova medida, amparada nas descobertas pasteurianas do período. Segundo o relato da comissão espanhola,

Empregou-se pela administração pública uma ativíssima campanha contra os ratos e ratazanas, propagadores eficazes, segundo se crê, dos germes pestíferos. A seção de Higiene municipal deu ao público as oportunas instruções para a extinção destes roedores. Premiou-se com 10 e com 20 réis a caça de cada rato e ratazana (medida pouco acertada a juízo desta comissão) (FERRAN et *alli*, 1907, p 123)

Para os médicos espanhóis a medida não era acertada, uma vez que as pessoas, ao caçarem os animais, teriam contato com suas pulgas, o que poderia facilitar a disseminação da doença. Essa preocupação não se confirmou, e após alguns meses de caça aos ratos, os casos de peste bubônica desapareceram da cidade. Ao contrário do Rio de Janeiro, não foram encontrados depoimentos no Porto, de possível burla da política sanitária por parte da população.

No entanto, caçar ratos não foi a única maneira pela qual os portuenses e cariocas se defrontaram com a peste bubônica e com as medidas governamentais tomadas nas duas cidades.

### **Críticas da elite, resistência popular**

Conforme dito anteriormente, tanto o cordão sanitário no Porto, quanto as medidas quarentenárias no Brasil, foram consideradas drásticas. Mas para quem? No caso português, a medida atingia a toda a população, mas de maneira desigual. Os principais afetados eram os comerciantes da cidade, uma vez que nenhum produto ou pessoa entrava ou saía da cidade. Para tentar revogar a medida, eles agiram em conjunto com a imprensa, defensora dos seus interesses comerciais. Segundo os médicos espanhóis

Os industriais e comerciantes, vendo seus negócios e interesses expostos a serias contrariedade, opuseram-se indignados ao quanto direta ou indiretamente justificava-se a adoção de tal medida, chegando a ameaçar, se o cordão se estabelecesse, com o fechamento de suas fábricas e lojas, ameaça que puseram em prática com garve prejuízo para o bem comum; uma parte da imprensa, obedecendo a paixões políticas (...) realizou uma campanha vil, posto que colocou dúvidas [ao diagnóstico de peste]. (FERRAN *et alli*, 1907, p 111).

No Rio de Janeiro, a imprensa teve um papel semelhante, mas menos contundente, que o verificado no Porto. Foi a partir dos periódicos, entre eles o *Jornal do Commercio*, que os industriais e comerciantes da cidade criticaram as medidas quarentenárias adotadas pelo governo. Essas críticas ganharam fôlego após a publicação, no mesmo jornal, dos citados ataques de Jorge Pinto à política sanitária. Isto se devia ao fato do Diretor de Higiene do Estado do Rio de Janeiro possuir legitimidade científica e política para criticar o Governo. Em carta anônima, publicada na seção “Publicações a pedido” do *Jornal do Commercio*, em 25 de agosto, é possível visualizar a conexão entre as críticas de Jorge Pinto com os anseios da elite carioca

Temos acatado reverentemente todas as medidas que para tal fim preventivamente tem tomado o ilustrado e muito digno Diretor Geral de Saúde Publica, Conselheiro Nuno de Andrade, (...). Hoje, porém, já nos podemos expandir diante do que o Jornal do Commercio publicou ontem (...) Diz terminantemente e com fundamentos, que as providencias tomadas são exageradissimas, positivamente draconianas.<sup>7</sup>

Na comparação entre as duas experiências, o governo brasileiro se mostrou mais flexível que o português. Isto porque, apesar das críticas, o cordão sanitário foi mantido até os momentos finais da epidemia no Porto, em janeiro de 1900. As medidas quarentenárias impostas pelo governo brasileiro foram atenuadas, quando do aparecimento da peste em Santos. Esse afrouxamento estava relacionado, em grande parte, à campanha movida na imprensa.

Entretanto, as críticas às medidas sanitárias impostas pelos governos português e brasileiro não ficaram restritas às páginas dos periódicos. A população mais pobre, fortemente atingida pela peste nos dois países, também encontrou meios de protestar. E de formas muitos semelhantes, tanto no Porto, quanto no Rio de Janeiro.

Como dito anteriormente, uma das principais medidas para evitar a disseminação da peste, tanto em Portugal, quanto no Brasil, consistiu no isolamento dos doentes e de seus familiares, retirando-os de suas casas e levando-os para os hospitais de isolamento. Além de serem isolados, essas pessoas tinham seus objetos e suas casas desinfetados, o que consistia, em muitas casos, na incineração dos objetos.

Desse modo, a descoberta de um pestoso gerava diversos problemas para ele, para a família e vizinhos. Portanto, uma das principais formas que a população encontrava para resistir a essa medida era a chamada “ocultação dos doentes”. Isso foi verificado pelas autoridades sanitárias dos dois países, que considerava a estratégia popular um desserviço à saúde pública. Nas palavras de Epiácio Pessoa (1901, p 317):

É de presumir que maior tenha sido o número de accometidos porque as autoridades sanitarias luctaram com grandes embaraços para tornar effectiva a notificação compulsória dos casos suspeitos. Muitos dos obitos por peste notados em domicilio foram de doentes com assistência médica, sem notificação (..) Não sei como se possa qualificar essa opposição às notificações.

O relato é semelhante na cidade do Porto:

---

<sup>7</sup> Jornal do Commercio, Publicações a Pedido, 25 de agosto de 1899, página 5.

Estes casos não foram os únicos que ocorreram, pois a ignorância, o temor e repulsa que inspiravam as disposições encaminhadas a evitar a propagação do mal e o empenho que empuseram certos elementos em negar a existência da epidemia, induziram o povo portuense a manter ocultos muitos casos de contágio (FERRAN *et alli*, 1907, p 108)

A partir da comparação entre as duas cidades, é possível questionar se a resistência ao isolamento compulsório estava ligada, apenas, aos prejuízos econômicos causados pela descoberta de um caso suspeito. A partir da leitura dos relatos das epidemias de peste bubônica no Porto e no Rio de Janeiro, consideramos a existência de uma explicação complementar. Acreditamos que, juntamente com os motivos citados, a população portuense e carioca resistia ao isolamento porque ele quebrava os rituais fúnebres com os quais essa sociedade estava acostumada.

Conforme ressaltam Aries (1977) e Elias (2001), os rituais de morte constituem um dos principais eventos sociais, a partir do qual os laços sociais são reestabelecidos e as dificuldades criadas por uma situação epidêmica são mitigados. Diante disso, justamente no momento em que, tanto a população carioca, quanto a portuense, se encontravam mais vulneráveis e necessitando dos ritos fúnebres, o governo dos dois países os proibiam. Isto porque, o isolamento compulsório impedia que o pestoso falecesse em casa, que fosse lavado e arrumado conforme a tradição, que fosse velado e depois enterrado. No Porto

Os cadáveres de pestosos eram conduzidos imediatamente ao cemitério, envoltos em cal viva, dentro de um caixão, e depois de praticada a autópsia, eram enterrados cobertos igualmente de cal viva (Ferran *et alli*, 1907, p 128).

No Rio de Janeiro, o relato de um dos primeiros casos confirmados de peste é elucidativo: “Esse enfermo, de nome Manoel Gomes de Almeida, morador na casa nº 29 na rua da prainha, faleceu ao chegar no hospital, sendo o seu cadáver convenientemente desinfetado e enterrado no cemitério da Jurujuba.”<sup>8</sup>

A partir desses dois fragmentos, temos evidenciada a quebra dos rituais fúnebres nas duas cidades atingida pela peste. No entanto, como afirmar que a resistência ao isolamento compulsório também estava relacionada com o fim desses ritos? A resposta para esse questionamento pode ser vislumbrada a partir do seguinte relato, sobre a peste no Porto: “As

---

<sup>8</sup> Jornal do Commercio, 21 de maio, Gazetilha, segunda página.

mulheres levaram nos ombros um cadáver ao cemitério para que não fosse transportado pelo odioso carro fúnebre, na opinião delas” (FERRAN *et alli*, 1907, p 112).

Nesse relato, temos claramente a ligação entre a medida governamental considerada drástica, no caso o carro fúnebre, e a reação da população portuense tentando restabelecer o ritual funerário.

## **Comentários Finais**

Indubitavelmente, as epidemias ocorridas no Porto quanto no Rio de Janeiro não tiveram a magnitude daquelas do século XIV. Mesmo assim, foram capazes de mobilizar intensos debates político, econômico e social em torno da maneira como a peste bubônica deveria ser combatida. Conforme exposto no artigo, as medidas adotadas para combater a doença por ambos os governos foram consideradas rigorosas e sofreram duras críticas, tanto da população que escondia seus doentes, quanto daqueles que se viram prejudicados nos seus interesses econômicos.

No entanto, o que não se pode perder de vista é como as duas epidemias estão articuladas. As epidemias ocorridas no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, só podem ser analisadas de maneira satisfatória, tanto pela compreensão do contexto local, quanto a partir das relações estabelecidas com a experiência portuguesa. Os jornais brasileiros, em especial os sediados no Rio de Janeiro, publicavam diariamente os relatos da peste no Porto citados ao longo do artigo. Com isso, não foi apenas a doença que se transferiu de Portugal para o Brasil, mas também, ideias de estratégias bem-sucedidas de combate a doença, bem como, argumentos para criticar o governo.

## **Referências**

### **Fontes**

Jornal do Commercio, 16 de agosto de 1899, Gazetilha, primeira página.  
Jornal do Commercio, 25 de agosto de 1899, Publicações a Pedido, página 5.  
Jornal do Commercio, 21 de maio, Gazetilha, segunda página  
Relatório do Ministro da Justiça e Negócios Interiores do Brazil, Epiácio Pessoa, 1900.  
Relatório do Ministro da Justiça e Negócios Interiores do Brazil, Epiácio Pessoa, 1901.

### **Artigos**

CUKIERMAN, Henrique Luiz, “Viagens a Santos”, em *História, Ciência e Saúde*, Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 5, n° 1, pp 35-56, 1998.

NASCIMENTO, Dilene R. **La llegada de la peste al estado de São Paulo em 1899**. *Dynamis*, Granada, v. 31, pp.65-85, 2011.

NASCIMENTO, Dilene R. do e SILVA, Matheus Alves Duarte. “Malandro é o gato”. Rio de Janeiro, **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, pp 33-37. abril, 2011.

### **Livros**

ARIÉS, Philippe. **A história da morte no ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1977.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural; 1990.

CRUZ, Oswaldo G. “A Peste” (1906) In: **Opera Omnia**. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Oswaldo Cruz, 1972.

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente (1300-1800)**. Tradução por Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2011.

FERRAN, Jaime. VINÃS Y CUSI, Frederico. GRAU, Rosendo de. **La Peste bubónica: memoria sobre la epidemia ocurrida en Porto en 1899**. Barcelona: Tip. Sucesor F. Sanchez, 1907.

LATOUR, Bruno. **The pasteurization of France**. Massachusetts: Harvard University Press, 1988.

JORGE, Ricardo. **A peste bubônica no Porto-1899. Seu descobrimento. Primeiros trabalhos**. Repartição de Saúde e Higiene da Câmara do Porto, 1899.

Recebido em: 07 de junho 2013

Aprovado em: 19 agosto de 2013